

*COMENTÁRIOS SOBRE OS ARTIGOS EM DEFESA DA HISTÓRIA DE  
ERIC HOBSBAWM E EM DEFESA DO HISTORIADOR LIVRE DE  
DISTORÇÕES DE JOSÉ DE SOUZA MARTINS.*

Alex Ribeiro<sup>[1]</sup>

Em bom momento chegou-nos o artigo de Eric Hobsbawm publicado no Caderno 2, no dia 23/01/2005 no jornal *O Estado de São Paulo*. O “bom momento” refere-se única e exclusivamente a dois fatores: primeiro, o furor que causa nas academias brasileiras, principalmente, entre os historiadores que vivem presos nas indeterminações das imaginações que algum indivíduo, grupo etc. (nunca classe!), tiveram em algum momento da história. Neste sentido, imaginando sobre o que alguém imaginou sobre alguma coisa em algum momento, são obrigados a se deparar com algo real, que estabelece uma relação de causalidade entre coisas – algo que os indigna. Segundo, porque traz a baila uma discussão sobre um problema real: a função social reacionária que cumpre a historiografia hermenêutica e suas variantes que surgiram pós anos 70, e a conseqüente necessidade de combatê-la.

Hobsbawm, em seu texto, inicia – não por acaso – com a famosa frase de Marx: “Os filósofos até agora apenas interpretaram o mundo: trata-se, agora, de transformá-lo”. Famosa frase, e de vários desdobramentos. E é neste sentido que Hobsbawm afirma que a historiografia marxista se desenvolveu por duas linhas paralelas e complementares: a primeira, que surgiu no seio do movimento socialista e sindicalista teve como principal contribuição a afirmação “de que o sucesso de uma maneira particular de organizar sociedades humanas pode ser previsto e assistido pela análise histórica”, ou seja, essa tendência da historiografia marxista trouxe como grande contribuição uma historiografia

engajada em entender o mundo, e a partir daí, pautar possíveis caminhos para a resolução de suas mazelas. A segunda foi aquela que trouxe a história para perto das ciências sociais, combatendo a história positivista ao mesmo tempo em que buscava explicar as transformações da sociedade humana, ou seja, de dar resposta “aos grandes por quês”. Ainda sobre esse segundo movimento, Hobsbawm aponta contribuições da historiografia marxista.

Mas o curioso, como assinala Hobsbawm, é que mesmo historiadores que não eram marxistas, antes dos anos 70, preocupavam-se com as mesmas questões; enfim, embora divergindo, marxistas, weberianos, alguns ligados aos *Annales*, eram todos, de certa forma, aliados em tentar compreender o mundo. Foi a partir dos anos 70 que a coisa mudou, Passou-se, segundo Hobsbawm, “da transição dos estudos quantitativos para os qualitativos, da macro-história para a micro-história, da análise estrutural para a narrativa, do social para o cultural”. A partir da década de 70, os novos historiadores, atacaram aquela bandeira hasteada pelos historiadores que queriam colaborar para a transformação do mundo em conjunto com o movimento sindical e socialista. Não por acaso, foi a partir dos anos 70 que ganhou corpo uma discussão onde se questionava se a história era uma ciência ou não<sup>[2]</sup>, e a decorrência disso, portanto,

“... tem sido a construção de um conjunto de barreiras entre o que aconteceu na história e nossa capacidade de observá-lo e compreendê-lo. Nega-se a existência de qualquer realidade que esteja objetivamente ali e não tenha sido construída pelo observador para fins diferentes e mutáveis. Alega-se que jamais poderemos ir além das limitações da linguagem.”

Haveria de se perguntar então: Se a história não é uma ciência, não serve para compreender os nexos da realidade e seu movimento, para que serve então? A historiografia que Hobsbawm crítica transformou os meios em fins. Pesquisar, escrever, publicar livros, além de dar algum dinheiro e servir para o entretenimento, faz do saber um fim em si mesmo, o que somente colabora para o diletantismo intelectual acadêmico. O que cabe analisar, como apontamos no início, é a função social que cumpre tal ideologia, assim, “O maior perigo político imediato

para a historiografia é hoje o ‘antiuniversalismo’ ou ‘a minha verdade vale tanto quanto a sua, a despeito das evidências’”. Esse relativismo mordaz, essa tomada de posição que diz que a humanidade não pode compreender a si mesma, só pode evidentemente, fornecer substrato ideológico para o irracionalismo contemporâneo. É por esse caminho que Hobsbawm discute no mesmo artigo as tentativas recentes que têm surgido nas ciências naturais de explicar a história da humanidade através de um evolucionismo biológico por meio das novas descobertas sobre o DNA. No lugar dos historiadores apropriarem-se destas novas descobertas sobre o DNA para a explicação da evolução histórica da humanidade, negam que isso possa ser explicado, e mais ainda, que uma evolução sequer existiu, pois, afinal, a indeterminação permeia o passado o presente e conseqüentemente, o futuro. Enquanto isso se forjam as construções mais reacionárias que retomam e aprofundam o evolucionismo biológico. Evolucionismo biológico, “a minha verdade vale tanto quanto a sua a despeito das evidências”, a busca do que um grupo pensa sobre as coisas, a despeito do que as coisas realmente são. Tudo, menos a compreensão de como os homens produzem e reproduzem sua vida sob determinadas condições históricas; nisto, como o próprio Hobsbawm afirma, reside o pano de fundo do perigo público: Berlusconi na Itália, Bush nos Estados Unidos, BJP na Índia; as personificações mais extremistas da fúria do capital encontram, ainda que de forma mediatizada, arrimo ideológico na produção historiográfica dos últimos 30 anos.

É contra toda essa avalanche desumanizadora que Hobsbawm faz a proposta, que urge pelo presente, pelo passado e pelo futuro, de

“...restabelecer a coalizão daqueles que acreditam na história como uma investigação racional do curso das transformações humanas, contra aqueles que distorcem a história para fins políticos – e, mais em geral, contra relativistas e pós-modernistas que negam sua possibilidades.”

Propõe uma guerra, mas é na hora em que essa começa efetivamente, que as forças mais confusas, aquelas do meio do caminho, tomam de fato sua posição.

Embora o artigo de Hobsbawm seja riquíssimo pelas discussões necessárias que suscita, ao propor algumas saídas deste beco sem saída escorrega ao menos em uma, a saber: “... as novas perspectivas na história deveriam também nos remeter àquele objetivo essencial, ainda que nunca totalmente realizável, dos que estudam o passado: a ‘história total’”. Ainda que Hobsbawm aponte que não significa uma “história de tudo”, a idéia de uma história total já é um pressuposto metodológico que resvala na imputação, pois de que totalidade falamos? Não que Hobsbawm seguisse o mesmo caminho, mas Fernand Braudel também procurava uma história total. A totalidade, pois, tal como já apontava o filósofo brasileiro José Chasin<sup>[3]</sup>, fundamentado em estudos na obra marxiana, é a totalidade do objeto, da coisa *por si*, pois “O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso”<sup>[4]</sup>, e não a totalidade pressuposta. Não por acaso Hobsbawm tem que afirmar que apesar da busca essencial por uma história total, essa é um objetivo “nunca totalmente realizável”.

No final de seu artigo, Hobsbawm fala da necessidade dos historiadores marxistas contribuírem para explicar por que no conflito entre as forças sociais que agem no sentido da transformação e aquelas que agem em prol da manutenção do *status quo*, a hegemonia pendeu para esta última. Sua proposta é fundamental, mas não haveria de se perguntar também – ao menos de forma mais incisiva - se as vertentes historiográficas surgidas pós anos 70 sob o rótulo de nova história cultural, micro-história, *mentalité* e hermenêuticas afins, não contribuíram e continuam a contribuir para que a balança penda para “as forças cuja finalidade é a manutenção da reprodução inalterada e da estabilidade nos ambientes sociais humanos”?

## II

Publicado o artigo de Hobsbawm pelo *O Estado de São Paulo*, José de Souza Martins foi o comentarista do mesmo artigo; seu artigo chamou-se *Em defesa do historiador livre de distorções*.

Como não é o objetivo de nossos comentários, não discutiremos a incompreensão e conseqüente improcedência no uso de categorias marxianas como práxis, alienação etc, que o autor utiliza no texto.

A principal crítica de Martins à Hobsbawm refere-se a frase da XI tese *Ad Feuerbach* de Marx que Hobsbawm cita em seu artigo. Martins, ao analisar a tese de Marx acerta no varejo e erra no atacado, pois traz a idéia de que quando Marx afirma que os filósofos têm, agora, de transformar o mundo, ele não está dizendo que os filósofos não tenham mais que filosofar, mais sim, que Marx está propondo que eles “pensem a mudança”. Nesse sentido, Martins acerta se supõe que a idéia de Marx é que os filósofos pensem a vida, e conseqüentemente, a atividade teórica é fundamental, é prática efetiva. Mas o erro de Martins consiste no fundamento de sua crítica a Hobsbawm.

Martins parte de um pressuposto equivocado, epistemológico, enveredando pelo caminho de quem é que deveria pensar a mudança: se o sociólogo, o filósofo, o historiador etc. Essa discussão epistemológica é, antes de tudo, exterior à letra marxiana, pois senão, estaríamos caindo na querela de discutir se o pensador Karl Marx era um sociólogo, economista, historiador... Querela falsa, pois a obra de Marx está para além dessas denominações tradicionais acadêmicas, pois quando tratamos sobre seu rigor filosófico-científico pensamos numa ontologia histórica do ser social. Deste modo, porque não caberia a um historiador rigoroso pensar a mudança? Por que não seria um filósofo? Pode-se somente justificar essa idéia quando se parte de um pressuposto epistemológico onde o arrimo e fundamento último do conhecer é o método, e não a posição ontológica. Assim, teríamos o método do historiador e seu objeto, o método do filósofo e seu objeto, e, portanto, os procedimentos teóricos *a priori* relacionados a cada profissão, tornando-se então, o limite do conhecimento.

Em seu texto, Hobsbawm não propõe unilateralmente que os historiadores mudem o mundo enquanto posição partidária, simplesmente por uma necessidade evidente e desesperadora. Que a situação é desesperadora, nisto não há dúvida,

essa própria discussão já o demonstra, mas não é sobre isso que Hobsbawm se fundamenta. Martins ou não compreendeu o texto de Hobsbawm ou o desfigura.

Hobsbawm propõe que os historiadores busquem compreender o mundo, compreender a história, toda e qualquer ação é resultante disto, ainda mais se pensarmos que essa atividade teórica é também prática – assim se cumpre o papel do intelectual marxista. Não entendendo, supomos, a proposta de Hobsbawm, Martins a confunde com militantismo, e o que tem a oferecer, segundo a sua maneira de entender Marx é “uma concepção da história que pede riqueza e diversidade de perspectivas, mesmo no privilegiamento da orientação dialética como instrumento de análise”. Privilegiamento da orientação dialética, instrumento de análise, é assim que José de S. Martins demonstra o seu entendimento de Marx como método, instrumento de análise, ainda que dialético. Desta maneira, não surpreende que o autor, ao propugnar uma diversidade de perspectivas, os vários olhares sobre algo, que seja, neste caso, a história, só ratifica o relativismo e a tênue linha entre este e a neutralidade axiológica. Não será, no fundo, por causa disto que Martins se insurge contra Hobsbawm?

---

<sup>[1]</sup> Alex Ribeiro é sociólogo, graduado em Ciências Sociais pela Fundação Santo André, e estudante do Curso Lato Sensu *História, Sociedade e Cultura* da PUC-SP - [arobrasil@yahoo.com.br](mailto:arobrasil@yahoo.com.br)

<sup>[2]</sup> Cf. STONE, Lawrence. **O ressurgimento da Narrativa**, s/ed.

<sup>[3]</sup> CHASIN, José. **Marx – Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica** In *Pensando com Marx*, Ed. Ensaio, 1995, São Paulo.

<sup>[4]</sup> MARX, Karl. **Introdução à Crítica da Economia Política** In *Para a Crítica da Economia Política*. São Paulo, Coleção os Pensadores - Abril Cultural, 2000, p. 39/40.